

## ENTRE LUGARES E DESLUGARES: UM OLHAR TEÓRICO A PARTIR DE RELPH E AUGÉ

Jean Lucas da Silva Brum  
Mestrando em Geografia  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
jeanbrum@id.uff.br

### **Introdução:**

Há algumas décadas, as ciências humanas tem indicado uma significativa mudança na forma como espaço e tempo são pensados e experimentados socialmente, apontando para existência de um período marcado cada vez mais pela interconexão espacial, pela aceleração do tempo e pela difusão de valores e ideias em escala global (MASSEY, 2000). Diferentes posições eclodem em meio a este debate; uns postulando o fim de um projeto “moderno” de mundo, colocando-nos em uma condição de “pós-modernidade” (LYOTAD, 1986), “supermodernidade” (AUGÉ, 1994), “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001); outros admitindo que o que estamos vivenciando nada mais é do que uma nova fase dentro desta dinâmica moderna, fruto de um novo padrão de acumulação do capital (HARVEY, 1992). A despeito de tais classificações, em ambos os casos impera um discurso de que o mundo estaria cada vez mais se comprimindo e fluidificando, que as relações sociais se tornariam cada vez mais fugazes e efêmeras, em um quadro de pluralidade cultural produzido através de contatos em escala planetária. De fato, basta olharmos ao nosso redor para que tais questões assumam certa legitimidade, mesmo em um contexto cotidiano e trivial; podemos assistir pela TV filmes produzidos em *Hollywood*; através da internet nos comunicamos com pessoas a milhares de quilômetros de distância; diariamente usamos produtos fabricados nos mais variados locais do globo; apenas para citarmos alguns exemplos. Com frequência somos defrontados por discursos que proclamam uma “queda das fronteiras espaciais”, “uma ruptura dos horizontes”, o surgimento de uma “aldeia global”, “uma aceleração das relações sociais”, de acordo com que Marx uma vez

denominou “a aniquilação do espaço pelo tempo” (MASSEY, 2000, p. 177), onde “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 1986).

Em meio a tudo isto, surge a questão do que viria a ser o “lugar” neste contexto de “compressão tempo-espaço”. Como manter um sentido de lugar e, por conseguinte, de si mesmo em uma realidade marcada pela fluidez e conexão? Como avaliar a particularidade dos lugares em um mundo de relações globais? Pensando sobre tais questões, alguns autores vão apontar que estaríamos presenciando um “fim” dos lugares autênticos, em favor de superfícies padronizadas, funcionais, ou, por outro lado, superfícies plurais, englobando traços de diferentes culturas, mas que, em todo caso, apresentam fracos (ou inexistentes) laços simbólicos de autenticidade entre estes e os indivíduos que circulam por eles. Tais lugares, ou melhor, “deslugares”, seriam os próprios símbolos da atual etapa de globalização do capital. Neste sentido, o geógrafo canadense Edward Relph, a mais de trinta anos já apontava a globalização como potencial construtora da “deslugaridade”<sup>1</sup> (RELPH, 1976). De modo similar, durante a década de 1990, o antropólogo francês Marc Augé, refletindo sobre a atitude humana em um período dito “supermoderno”, indica como elemento marcante de nossas relações com o espaço a reprodução do que ele chama de “não lugares” (AUGÉ, 1994). É possível traçar um paralelo entre as perspectivas de ambos os autores, apesar de suas distintas temporalidades.

No presente trabalho, de vocação essencialmente teórica, buscamos explorar o pensamento destes dois autores a cerca da concepção de uma diluição dos lugares frente às transformações nas atitudes humanas para com o espaço e o tempo a partir da intensificação do processo de globalização do capital. Desta maneira, através de uma revisão bibliográfica, pretendemos refletir criticamente sobre os conceitos de “deslugaridade”, de Relph, e os “não lugares” de Augé. Pensar sobre tais questões, mesmo que em nível teórico, nos parece fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais do mundo contemporâneo, colocando novos desafios para se pensar o planejamento urbano e sua posição frente a este debate.

### **“Deslugaridade” na obra de Edward Relph:**

---

<sup>1</sup> Do original *placelessness*. Devido à ausência de uma tradução direta a expressão original em inglês, preferimos aqui utilizar a expressão deslugaridade, remetendo muito mais a um processo do que de fato a uma tipologia espacial, que acreditamos ser a proposta do autor.

Até a segunda metade do século XX, o interesse da geografia sobre a conceituação de lugar era bastante restrito, fazendo com que o termo fosse utilizado basicamente como um correlato de localização (HOLZER, 2003); lugar como sendo um determinado ponto no espaço, um conjunto de coordenadas espaciais representadas em um mapa. Durante a década de 1970, contudo, a geografia passou por um intenso debate sobre suas bases epistemológicas, fazendo emergir novas perspectivas teóricas a respeito deste campo do conhecimento. É sob este pano de fundo que surge a chamada *Geografia Humanista*. Influenciados em larga escala pelas filosofias do significado, tais como a Fenomenologia, o Existencialismo e a Hermenêutica, os expoentes do movimento humanista em geografia iriam propor uma ciência pautada na experiência, nos valores e nos significados que cada indivíduo (ou grupo) constrói em sua relação com o espaço (MELLO, 1990), de modo que haveria uma ligação intrínseca entre indivíduo e mundo. Geógrafos como Relph, Tuan, Buttimer, precursores da Geografia Humanista, buscaram resgatar o conceito de lugar e trabalhá-lo sobre bases existenciais, alçando-o como categoria privilegiada dos estudos geográficos.

Publicado em meados da década de 1970, o livro *Place and Placelessness*, de Edward Relph, se destaca como uma das obras pioneiras da corrente humanista, sendo um dos primeiros a colocar a ideia de lugar como conceito chave para a geografia. Segundo Relph, o lugar deve ser encarado, sobretudo, como um centro de significados, figurando como parte indissociável da existência humana (RELPH, 1976). O autor argumentaria que “ser humano é viver em um mundo que é cercado de lugares significativos: ser humano é ter e conhecer seu lugar” (ibidem, p. 1). O lugar, nesta perspectiva, seria encarado com um produto da experiência intersubjetiva entre indivíduo e o mundo, dotado de valor simbólico e afetivo por aqueles que o pertencem e se sentem pertencidos. Minha casa, minha rua, meu bairro, meus lugares de infância, os lugares que anseio conhecer, meus lugares de trabalho e lazer não podem ser compreendidos a partir de uma objetividade simplista, eles envolvem cargas variadas de significado e afeição. Portanto, o significado básico de lugar não viria de sua localização, mas sim da relação experiencial que se estabelece entre os indivíduos e o espaço, configurando-se, deste modo, enquanto um centro edificador da existência humana.

Relph vai argumentar ainda que uma variedade de localismos e formas culturais presentes nas sociedades pré-industriais estaria cada vez mais diminuindo,

frente a um intenso processo de uniformização geográfica e cultural. Escrevendo isto na década de 70, o autor faz referência ao frenesi modernista de produzir em larga escala espaços uniformizados, padronizados e funcionais, dentro de uma lógica racionalista, mas também a insurgência de movimentos em escala global através do desenvolvimento e disseminação de meios de comunicação e transporte em massa. Relph considera que tal processo indicaria que estaríamos presenciando um enfraquecimento das qualidades simbólicas dos lugares e das paisagens diferenciadas, o que permitiria falar de uma geografia da “deslugaridade”. De fato, o autor reconhece que este processo não é necessariamente recente, porém está se tornando crescentemente dominante, sendo cada vez menos possível falar em um sentido autêntico e profundo de lugar (FERREIRA, 2002).

Influenciado em grande medida pela fenomenologia heideggeriana, Relph aponta que um “sentido profundo” de lugar está diretamente associado a atitudes autênticas, ou seja, genuínas, criativas, espontâneas. Por outro lado, a deslugaridade se refere ao desenvolvimento de atitudes inautênticas para com o lugar; atitudes simuladas, artificiais, mediadas. Nas palavras de Relph:

Uma atitude inautêntica para com o lugar é essencialmente o não sentido de lugar, por isso não envolve uma consciência profunda, uma significância simbólica dos lugares e a apreciação de suas identidades. É meramente uma atitude que é socialmente conveniente e aceitável – uma aceitação acrítica dos estereótipos, uma moda intelectual ou estética que pode ser adotada sem o envolvimento real. Em experiências inautênticas, lugares são vistos apenas em termos de características mais ou menos úteis, ou através de algum modelo, *a priori*, abstrato e hábitos rígidos de pensamento e comportamento; acima de tudo, tais experiências são casuais, superficiais e parciais. (RELPH, 1976, p. 82)

Tais colocações não indicam, no entanto, que uma atitude se sobressai à outra, como se houvesse uma ordem hierárquica, elas são, antes de qualquer coisa, maneiras diferentes pelas quais experienciamos o mundo.

Ao trabalhar sobre a criação de sentidos de lugar, Relph ressalta que em um nível mais complexo lugares são focos que reúnem objetos, atividades e significados (RELPH, 2012). Neste sentido, lugares autênticos remetem a uma ideia de

“distintividade” (*distinctiveness*), eles reúnem elementos que lhe conferem uma qualidade particular, que é distinta de outros lugares, e é esta própria capacidade de reunião, efetivada através de atitudes autênticas, que conferem a um espaço indeterminado certo grau de “lugaridade” (RELPH, 1997). Por outro lado, sempre que a capacidade do lugar de promover reunião for fraca, através do estabelecimento de atitudes inautênticas, teríamos aí a “deslugaridade” (RELPH, 2012). Assim, a deslugaridade é tratada por Relph através da consideração de diferentes práticas, envolvendo, por sua vez, atitudes inautênticas. Para o autor, a comunicação em massa, a intensa mobilidade, o grande negócio, a cultura de massa, a autoridade central e o próprio sistema econômico, são fatores que contribuem para a disseminação da deslugaridade, produzindo espaços cada vez mais uniformizados, funcionais e fluidos, onde a capacidade de uma profunda ligação simbólica se tornaria cada vez mais diluída (RELPH, 1976). Como exemplo da ação da deslugaridade, Relph propõe que consideremos processos de “Disneyficação” (*Disneyfication*), “Museimização” (*Musemisation*), “Futurização” (*Futurisation*) e Subtopia (*Subtopia*) dentro da construção, do que ele chama, de lugares outrem-dirigidos (*Other-directed places*). Os lugares outrem-dirigidos seriam representados por espaços criados para o consumo e para a transmissão de determinados valores, que não possuem qualquer ligação com o contexto autêntico em que se estabelecem, deliberadamente dirigidos para *outsiders*, passageiros, espectadores e todo o tipo de consumidores. Relph atenta que tais lugares

sugerem quase nada das pessoas que vivem e trabalham neles, mas declaram-se inequivocamente com sendo “terras de férias” ou “terras de consumo” através do uso de decorações exóticas, cores berrantes, adereços grotescos, e o empréstimo de estilos e nomes dos mais populares lugares do mundo. (*ibidem*, p. 93).

Tais lugares, o autor argumenta, são representados por colossais parques de diversão, a exemplo da própria *Disneyland*, pela reconstrução de lugares históricos, como antigos castelos, fortalezas ou vilas pioneiras, que podem ser em muitos casos criações artificiais que em nada se assemelham a história local, ou mesmo pela criação de lugares futurísticos, na tentativa de construir lugares a frente de seu tempo, como é o caso do projeto *Ecocity 2020*<sup>2</sup>. A noção de subtopia representa a tradução das

---

<sup>2</sup> O projeto prevê a construção de uma cidade ecologicamente sustentável em uma antiga área de mineração no leste da Rússia. Fonte: [http://www.istoe.com.br/reportagens/122925\\_OASIS+EMBAIXO+DA+TERRA](http://www.istoe.com.br/reportagens/122925_OASIS+EMBAIXO+DA+TERRA) [Acesso em 04/12/2014].

características dos lugares outrem-dirigidos em paisagens e áreas periféricas das cidades, como o surgimento de conjuntos habitacionais com seus edifícios explicitamente idênticos, as extensas auto-estradas com seus letreiros, placas e áreas de estacionamento e os *shoppingcenters*, verdadeiros oásis de consumo e lazer (FERREIRA, 2002). Em todo caso, os lugares outrem-dirigidos, combinam, de maneira surrealista, história, mito, realidade, fantasia e utopia como arenas de escapismo da monotonia, violência, corrupção e ineficiência do mundo vivido, oferecendo o melhor da imaginação, da plasticidade histórica e da aventura. Eles possibilitam aos seus frequentadores e consumidores estar no *lugar* sem estar no *lugar*; não apenas em termos de similaridades paisagísticas, mas também no sentido de experiências que podem se estabelecer, efetivando assim a própria deslugaridade.

É importante, no entanto, considerar que Relph não opõe diretamente lugar e deslugaridade, ao invés disto, ele considera que ambos estão imbricados, sendo necessariamente difícil apontar a realização pura e plena tanto de um, quanto de outro. Eles são, antes de tudo, partes indissociáveis de nossa experiência de mundo e, por conseguinte, da própria existência. Assim, o autor argumenta:

Os processos que levam à diferenciação de lugar estão em toda a parte comprometidos em uma luta contra aqueles que levam a ausência-de-lugaridade. Assim, qualquer parte, não importa o quão uniforme possa ser, tem alguns elementos de lugar. Não importa o quão forte seja o espírito de lugar, este possuirá alguns aspectos de ausência-de-lugaridade compartilhados com outros lugares. (RELPH, 2012, p.25).

Relph destaca ainda a necessidade de se considerar o papel de quem experiência o lugar, indicando diferentes níveis de interioridade (*insiderness*) e exterioridade (*outsiderness*) dos indivíduos que compartilham o mesmo espaço (RELPH, 1976). Por mais estandardizado e artificial que seja o lugar, ele pode ser experienciado “de dentro” ou “de fora” indicando diferentes modos pelos quais os indivíduos irão se relacionar com o lugar. Pense, por exemplo, que em meio às multidões que frequentam os parques temáticos, capturando, com o clique de uma câmera, cada detalhe, há aqueles que trabalham neste ambiente, a experiência que se estabelece provavelmente será bastante distinta em cada um dos casos. Ainda neste debate, Relph nos convida a refletir sobre os conjuntos habitacionais; olhando de fora o

que podemos ver são grandes edifícios desconfortavelmente similares, no entanto, se pudéssemos olhar-los de dentro, veríamos que, apesar dos apartamentos seguirem um padrão igual em termos de edificação, cada um deles seria um próprio lugar, com uma organização particular conferida pelos seus moradores, repositórios de memórias e histórias próprias. Teríamos, portanto, lugares dentro da deslugaridade<sup>3</sup>.

Assim, Relph indica que pensar o lugar desta forma é então reconhecer a relação entre movimentos de construção e desconstrução (ou mesmo não construção) da lugaridade, reconhecer a tensão entre forças estabilizantes e inovadoras, é pensar que a identidade de alguma parte não é definida por um caráter único de lugar ou a total ausência-de-lugaridade, mas a expressão do equilíbrio entre estas duas formas, entre particularidade e uniformidade (RELPH, 2012).

### “Não lugares” na obra de Marc Augé:

Outra importante contribuição a cerca dos estudos sobre lugar e as atitudes espaciais em um mundo dito globalizado se encontra no trabalho do antropólogo francês Marc Augé. Apesar de ter sido notabilizado de início por seus estudos etnográficos em sociedades africanas na Costa do Marfim e no Togo, Augé destaca-se como um dos nomes mais proeminentes no campo da antropologia, sobretudo, através de seu interesse nas práticas espaciais no mundo ocidental contemporâneo (MERRIMAN, 2009). Neste sentido, o livro “Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade”<sup>4</sup>, representa uma de suas mais importantes contribuições a cerca da interpretação das mudanças culturais em curso nas sociedades que vivem sob a égide do sistema capitalista globalizado.

Publicado primeiramente no ano de 1992, na obra em questão Augé busca examinar as transformações sobre o espaço, o lugar e o indivíduo no *excessivo* mundo moderno, caracterizado pela aceleração dos constituintes determinantes da modernidade (ibidem). Para o autor, este mundo da supermodernidade (*surmodernité*) é marcado por três figuras de excesso, que são a “superabundância factual”, no sentido de um excesso de eventos simultâneos, promovendo uma “aceleração da história” através de intensos e velozes fluxos de informação que bombardeiam as pessoas com imagens de outros

<sup>3</sup> Dados retirados de conferência realizada no simpósio “Place & Placelessness in the 21st Century City”, realizado na The University of New South Wales, AUstrália, em setembro de 2014. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=5gXqkq3zTzk], Acesso em 01/12/2014.

<sup>4</sup> Do original: *Non-lieux – Introduction à une anthropologie de la surmodernité*.

tempos e outros lugares; a “superabundância espacial”, onde a conectividade promove um “encolhimento do planeta”; a “individualização das referências”, em um excesso do individualismo, do ego, um fechamento do indivíduo sobre si mesmo, que leva a um repensar da coletividade no mundo contemporâneo (AUGÉ, 1994). A tese defendida pelo autor no livro é de que a supermodernidade seria a produtora de “não lugares” (*Noun-Lieux*), “espaços de circulação, comunicação e consumo, onde a solidão coexiste sem criar algum laço social” (AUGÉ, 1996, p. 178). Para uma melhor compreensão do termo não lugar, Augé propõe sua contraposição com a ideia de “lugares antropológicos”. O autor argumenta:

Reservamos o termo ‘lugar antropológico’ aquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja [...] princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. (AUGÉ, 1994, p. 51).

Assim, os lugares antropológicos são vistos como espaços familiares, históricos, de enraizamentos, centros de significado e afeição para aqueles que os ocupam, apresentando uma relação muito próxima com a ideia de lugar desenvolvida pelo viés humanístico em geografia. O autor argumenta ainda que o lugar antropológico, neste entendimento, pode ser definido como identitário, relacional e histórico. Identitário, à medida que serve como um elemento de referência para um indivíduo ou grupo, ou ainda, como um dos fatores de definição dos mesmos. Relacional, pois, apesar da presença de elementos distintos e singulares, o lugar é também a esfera do encontro, do cruzamento de múltiplas identidades, permanecendo em interação com outros lugares. Por fim, o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima, por memórias compartilhadas, por mitos e histórias que ligam e dão sentido ao local. Se estas três características determinam um lugar, argumenta o autor, espaços que não podem se definir nem como identitários, nem como relacionais, nem como históricos, devem ser considerados como não lugares. Deste modo, enquanto os lugares se caracterizam como um espaço de relações particulares, *locus* da reprodução social/cultural cotidiana, os não lugares seriam a expressão máxima da individualidade contemporânea, dos “desencontros”, da mobilidade, criadores de uma tensão solitária.



Como exemplos o autor cita as vias de transporte (vias aéreas, ferrovias, rodovias), os meios de transporte (aviões, trens, ônibus, carros), os aeroportos, as estações férreas e aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques temáticos, os grandes centros de consumo, como os *shoppingcenters*, e toda uma sorte de superfícies funcionais e padronizadas fabricadas em massa, promovendo a circulação intensa e o anonimato, na qual o indivíduo desenvolve uma relação contratual, dialogando com textos e imagens. Enquanto nos lugares antropológicos as identidades são construídas por meio da convivência, das trocas sociais, das regras do bem-viver, os não lugares criam identidades partilhadas do passageiro, da clientela, dos motoristas. Em todo o caso, o anonimato vivenciado pelos ocupantes do não lugar pode ser experienciado como relativa liberdade, compartilhado com outros através de identidades de uso, porém solitário em termos de contato com o outro.

Augé considera os não lugares a partir de duas realidades complementares, porém, distintas: “os espaços construídos para certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços.” (ibidem, p. 87). Vemos, dessa maneira, um jogo entre materialidade e práticas espaciais, que são a própria base da construção dos não lugares. Isso é de extrema importância, pois nos permite compreender os não lugares mais do que simplesmente em termos de construções materiais, mas também a partir das atitudes que irão se estabelecer nesses espaços.

Vale ressaltar, no entanto, que apesar de opor os lugares antropológicos aos não lugares, Augé não os considera em termos de autenticidade ou inautenticidade, como os faz Relph, mas simplesmente a forma de reprodução contemporânea dos lugares (CRESSWELL, 2002). Apesar da utilização da expressão “não lugares” para designar esses espaços, o que Augé propõe é um entendimento abrangente; os não lugares não como negação do *lugar* propriamente dito, antes disso, como uma forma desenraizada, fluída e efêmera, sendo a marca da própria supermodernidade. Deste modo, o autor argumenta que o não lugar e o lugar são, antes de tudo, polaridades fugidias, não existindo sobre uma forma pura, “o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente” (AUGÉ, 1994, p. 74). Assim, Augé destaca que “na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja.” (ibidem, p. 98).

**Palavras Finais:**

Nosso objetivo aqui foi o de apresentar, ainda que de maneira bastante breve, o pensamento de dois autores, Edward Relph e Marc Augé, sobre o desenvolvimento recente do chamado processo de globalização e sua influência nas atitudes para com o lugar, através de uma revisão dos conceitos de “deslugaridade” e de “não lugares”.

O primeiro autor considerado, Edward Relph, busca desenvolver a ideia de lugar através de um viés existencial, pautando-se, sobretudo, nas chamadas filosofias do significado em suas reflexões teóricas. Encarando o lugar como um centro de significados e afeições construídos pela experiência entre o indivíduo e o espaço, o autor aponta que a intensificação do chamado processo de globalização estaria cada vez mais dificultando a criação de um sentido autêntico de lugar, produzindo o que ele chama de “deslugaridade”, representada por espaços funcionais, produzidos em larga escala, artificiais, com pouca ou nenhuma referência as pessoas que o habitam. Apesar de sua contribuição para a geografia, sua obra permanece praticamente desconhecida, salvo por aqueles que se dedicam aos estudos sobre lugar.

O segundo autor considerado, Marc Augé, escrevendo sua obra cerca de duas décadas após Relph, já enquadra claramente seu trabalho dentro dos chamados debates sobre a globalização, que emergiram com maior intensidade na década de 1990. Para Augé, os “não lugares”, identificados como espaços de circulação, funcionais, aonde os indivíduos mantêm uma relação contratual e anônima, surgiriam como um símbolo da chamada “supermodernidade”. Diferente de Relph, que aponta a deslugaridade como o resultado de atitudes inautênticas para com o lugar, Augé busca colocar os não lugares como a forma de reprodução contemporânea dos elos com o espaço, ou seja, um elo marcado, sobretudo, pela impessoalidade.

Apesar dos dois autores não caírem no extremo de opor dualisticamente o lugar aos conceitos de deslugaridade e não lugar, ambos falham ao explorar a relação que se estabelece entre essas duas formas de experiência do espaço, oferecendo apenas um olhar superficial de como eles podem estar entrelaçados. Outro aspecto questionável na proposta dos dois autores é a excessiva ênfase aos aspectos materiais do espaço, deixando de lado uma abordagem mais aprofundada das atitudes humanas que se estabelecem nesses “deslugares” ou “não lugares”. Neste sentido, ambos reconhecem

que a paisagem, enquanto constructo material, pode servir de parâmetro para identificar a existência desta diluição de um sentido profundo de lugar.

Mesmo que tenham recebido fortes críticas, as ideias de “deslugaridade” e de “não lugar” ainda permanecem como uma importante contribuição no sentido de interpretar as relações humanas com o espaço no mundo contemporâneo, indicando uma inextricável relação entre o homem e o espaço. Neste sentido, concluímos apontando a necessidade de estudos empíricos para que haja um maior aprofundamento e compreensão dos postulados teóricos que aqui buscamos destacar.

### **Prólogo:**

Ele poderia ser qualquer passageiro esperando por um voo, sentado pacientemente em um banco no terminal 1 do aeroporto Charles de Gaulle, com as bagagens empilhadas ao seu lado. Ele bebe um copo de chocolate quente enquanto seus olhos vasculham a multidão que circula, ocasionalmente erguendo sua cabeça para melhor ouvir o que está sendo anunciado pelos alto-falantes do aeroporto. Mas Mehran Karimi Nasseri não está indo a lugar algum, ele tem estado a espera de um voo, diz ele, por 10 anos.<sup>5</sup>

O curioso caso de Mehran Nasseri tem seu início em 1977 no Irã, quando foi expatriado por motivos políticos, tendo seu passaporte confiscado pelo governo iraniano. Migrando para Europa em busca de asilo político, Nasseri teve seu pedido de asilo finalmente garantido em 1981, pela *United Nations High Commission for Refugees* na Bélgica. Tal decisão lhe concedeu credenciais de refugiado, o que por sua vez lhe permitiu buscar a cidadania em algum país europeu. Possuindo descendência britânica, Nasseri decidiu em 1988 viajar para Inglaterra na esperança de encontrar parentes neste país, embarcando em um voo que partiu do aeroporto Charles de Gaulle, em Paris, com destino a cidade de Londres. Contudo, ao chegar em Londres os oficiais do aeroporto de Heathrow notaram que Nasseri não portava qualquer tipo de documento, após argumentar que seus documentos de refugiado concedidos pelo governo belga haviam sido roubados em uma estação de trem em Paris Nasseri foi mandado de volta ao aeroporto Charles de Gaulle, sendo impedido de pisar em solo inglês. Retornando a Paris sem documentos Nasseri não poderia ser deportado para país algum, afinal era

---

<sup>5</sup> Trecho adaptado do texto de Elizabeth Neuffer, “A Man Without a Country”, publicado no jornal *The Boston Globe* em dezembro de 1997.

impossível comprovar sua nacionalidade oficial, de modo que as autoridades francesas lhe permitiram a permanência no terminal 1 do aeroporto Charles de Gaulle até que a situação fosse solucionada. Sem ter aonde ir ou conhecido que pudesse lhe amparar o refugiado iraniano se viu forçado a permanecer no aeroporto. A burocracia no processo de reconhecimento de refugiados associado a uma forte política de repressão a entrada de imigrantes durante a década de 90 fizeram com que Nasserri só obtivesse o direito de deixar o aeroporto para buscar cidadania no país de sua escolha em 1999, quando o governo francês lhe concedeu o status de refugiado. O mais impressionante desta história é o que se seguiu após, Nasserri decidiu permanecer no aeroporto Charles de Gaulle, onde viveu até julho de 2006, quando, por motivos de saúde, se viu forçado a deixar aquele lugar.<sup>6</sup>

“Sir Alfred”, como foi apelidado, viveu durante dezoito anos da generosidade dos passageiros e dos próprios funcionários do Charles de Gaulle, seguindo o ritmo diário do aeroporto. “Ele faz parte do aeroporto, todos o conhecem” – diz Muhamed Mourid, gerente de um estabelecimento comercial localizado no aeroporto. Marise Petry, aeromoça da empresa Lufthansa, quando inquirida sobre Nasserri atentou enfaticamente: “Essa é sua mesa, sua cadeira, seu lugar”. Nas palavras de Daniele Yzerman, “um aeroporto é um tipo de lugar entre o céu e a terra, ele encontrou seu lar aqui”.<sup>7</sup> Mehran Karimi Nasserri, não se reconhece como belga, francês ou inglês, tampouco como iraniano, mas foi no Charles de Gaulle que ele encontrou seu lugar, reinventando sua própria existência.

### Referências Bibliográficas:

AUGÉ, M. 1994. *Não Lugares: por uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus.

\_\_\_\_\_. 1996. Paris and the ethnography of the contemporary world. In: SHERINGHAM, M. (ed.) *Parisian fields*. London: Reaktion, 1996, p. 175–181.

BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

<sup>6</sup> Informações retiradas da reportagem ‘Personagem que inspirou “O Terminal” espera seu próprio final feliz’, publicada no jornal FOLHA DE SÃO PAULO, em 15/09/2004.

<sup>7</sup> Trechos retirados do texto de Elizabeth Neuffer, “A Man Without a Country”, publicado no jornal *The Boston Globe* em dezembro de 1997.

BERMAN, M. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

CRESSWELL, T. 2002. Theorizing place. In CRESSWELL, T.; GINETTE, V. (Ed.). *Mobilizing Place, Placing Mobility*. Amsterdam: Rodopi.

FERREIRA, L. 2002. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Harvey, Buttimer). *Boletim Goiano de Geografia*. Vol. 22, nº 1, p. 43-72.

HARVEY, D. 1992. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.

HOLZER, W. 2003. O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Revista GEOgraphia*. Niterói: Vol. 5, nº 10, p. 113-123.

LYOTARD, F. 1986. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.

MASSEY, D. 2000. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. A. (Org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papyrus.

MELLO, J. 1990. Geografia humanística: a perspectiva de experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *Revista Brasileira de Geografia*. vol. 52, n. 4, p. 91-115.

MERRIMAN, P. 2009. Marc Augé on Space, Place and Non-Places. *The Irish Journal of French Studies*. Special Issue, nº 9, p. 9-29.

RELPH, E. 1976. *Place and placelessness*. London, Pion

\_\_\_\_\_. 1997. Sense of Place. In: *Ten Geographical Ideas that Have Changed the World*, HANSON, S. (Ed.) New Jersey: Rutgers University Press.

\_\_\_\_\_. 2012. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). *Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo, Perspectiva, p. 17-32.